

Maio / 2018

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Data	Obrigações
07/05	<p>FGTS e GFIP – Último dia para o depósito do FGTS, correspondente à remuneração do mês de abril de 2018, dos celetistas, e para a entrega da GFIP, gerada pelo sistema SEFIP versão 8.4, por meio do programa Conectividade Social.</p> <p>Base Legal: Lei nº 9.528, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.803, de 1998, art. 1º, § 5º.</p> <p>CAGED – Último dia para a remessa ao Ministério do Trabalho, pelo Correio ou pela <i>internet</i>, da relação de admissões e desligamentos de celetistas, relativo ao mês de abril de 2018 (CAGED), em formulário ou meio magnético.</p> <p>Base Legal: Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, art. 1º, § 1º; Portaria MTE nº 1.129, de 23 de julho de 2014, art. 5º; Instrução Normativa SRF nº 1.634, de 6 de maio de 2016, art. 4º, incisos I e X.</p> <p>Pagamento de Salários dos Celetistas – Último dia para pagamento de salários dos celetistas, referente ao mês de abril de 2018.</p> <p>Base Legal: Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, art. 459, § 1º.</p>
08/05	<p>Homepage TCU – Resumo dos Instrumentos de Contratos e seus Aditivos – Disponibilizar ao TCU, via internet, os dados relativos aos resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos assinados no mês março de 2018.</p> <p>Base Legal: Lei nº 9.755, de 1998, art. 1º, § 5º; e Instrução Normativa TCU nº 28, de 1999, art. 2º, inciso XX.</p> <p>Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras (SCO) – Último dia útil para encaminhar ao TCE, por meio do sistema e-Sfinge Obras, as informações de obras e serviços de engenharia licitados e de obras e serviços objeto de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ocorridas no mês de <i>abril de 2018</i>.</p> <p>Base Legal: Instrução Normativa TCE/SC nº 1, de 2003, art. 3º; e Instrução Normativa TCE/SC nº 1, de 2004, art. 2º.</p> <p>Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Último dia para recolhimento do IRRF sobre os serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), referentes ao mês de abril de 2018.</p>

	<p>Base Legal: Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, "e" com a redação dada pelo art. 38 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015; e Manual de Retenções na Fonte (MAFON 2016).</p> <p>Previdência Social (INSS) – Último dia para recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao Regime Geral (INSS) a cargo do empregador, incidentes sobre as remunerações pagas ou creditadas aos segurados, bem como as arrecadadas por conta de terceiros, referentes ao mês de abril de 2018. No caso do Regime Próprio, deve ser verificada a data fixada na lei local.</p> <p>Base Legal: Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, alínea "c", e Instrução Normativa SRF nº 971, de 13 de novembro de 2009, art. 80, inciso III.</p>
22/05	<p>DCTF – Último dia para a elaboração e transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente aos fatos geradores ocorridos em março de 2018.</p> <p>Base Legal: Instrução Normativa SRF nº 1.599, de 2015, art. 2º, incisos I e V, e art. 5º.</p>
	<p>SICONFI (1º Quadrimestre – Relatório de Gestão Fiscal) – Último dia para a inserção das informações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2018 (janeiro a abril) no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), para os Municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes, e aqueles que, ainda com população inferior, estejam acima do limite da despesa com pessoal e endividamento.</p> <p>Base Legal: Portaria STN nº 841, de 21 de dezembro de 2016, art. 4º, inciso II, a Lei Complementar nº 101, de 2000, arts. 54 e 55, § 2º, e a Portaria STN nº 403, de 2016 (7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais).</p> <p>RGF (1º Quadrimestre – Relatório de Gestão Fiscal) - Último dia para a publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2018 (janeiro a abril) para os Municípios com superior a 50.000 habitantes, os quais deverão publicar as informações do RGF obrigatoriamente na internet, no jornal e afixação no mural.</p> <p>Base Legal: Portaria STN nº 841, de 21 de 2016, art. 4º, II, Lei Complementar nº 101, de 2000, arts. 54 e 55, § 2º e Portaria STN nº 403, de 2016 (7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais).</p>
30/05	<p>Limitação de Empenho - Último dia para promover, por ato próprio, a limitação de empenho e movimentação financeira, caso tenha sido identificado, no 2º bimestre (março e abril) de 2018, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.</p> <p>Base Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 9º.</p>
30/05	<p>Disponibilizar as Compras na homepage do TCU – Último dia para disponibilizar, na homepage do TCU, a relação de todas as compras feitas pela Administração Direta e Indireta no mês de março de 2018.</p> <p>Base Legal: Instrução Normativa TCU nº 28, de 1999, art. 2º, inciso XXI; e Lei nº 9.755, de 1998, art. 1º, § 6º.</p> <p>Sistema e-Sfinge do TCE-SC – último dia para envio da remessa de dados e informações das unidades gestoras dos municípios ao Tribunal, período do segundo bimestre de 2018.</p> <p>Base Legal: INTC- 01/2005</p> <p>Balancetes Contábeis – Último dia para emissão dos balancetes contábeis, relativos ao mês de abril, de 2018.</p> <p>Base Legal: Portaria MF nº 548, de 22 de novembro de 2010, art. 11, inciso II.</p>

DEMAIS LEMBRETES

RPPS - Remessa de informações e documentos por meio de sistema eletrônico ao TCE-SC

Os municípios que possuem Regime Próprio de Previdência, devem encaminhar ao TCE, após 90 dias a contar da publicação do ato de concessão, aposentadoria, pensão e reforma as informações e documentos, conforme estabelecido na Instrução Normativa N.TC-11/2011.

Procedimentos para exame de licitações e contratos pelo TCE-SC

As unidades jurisdicionadas devem remeter ao TCE-SC por meio eletrônico, até o dia seguinte à primeira publicação do aviso no órgão oficial, as informações e documentos sobre os procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme estabelece o art. 2º da Instrução Normativa N.TC-0021/2015.

Recebimento de Recurso Federal – Lei Federal nº 9.452, de 1997

Os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais que tiverem sede no Município deverão ser notificados da liberação de recursos federais pelo Município que os receber. Esse procedimento deverá ser levado a cabo no prazo de dois dias úteis, contado a partir da data de recebimento dos respectivos recursos.

Base Legal: Lei nº 9.452, de 1997, art. 2º.

Convênios e Ajustes – Lei Federal nº 8.666, de 1993

O Executivo deve dar ciência ao Legislativo dos convênios firmados.

Base Legal: Lei nº 8.666, de 1993, art. 116, § 2º.

Repasse Financeiro à Conta ASPS

Tendo em vista a falta de regulamentação quanto à periodicidade dos repasses financeiros na área da Saúde, sugere-se o emprego do mesmo critério utilizado para os repasses da Educação.

Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Realização de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para renúncia de receitas, criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, despesas de caráter continuado, criação de benefícios previdenciários e reconhecimento de dívidas.

Base legal: Lei Complementar nº 101, de 2000, arts. 14, 16, 17, 24 e 29.

Em caso de dúvida, entre em contato com a UVESC.